



# RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE “ESCOLA SEM PARTIDO” E DE PERSEGUIÇÃO A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, NA CIDADE DE PETROLINA

---

**GUIMARÃES, Janaína da Fonseca e Silva**<sup>1</sup>  
**ROSENO, Camila dos Passos**<sup>2</sup>

*UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES*

*UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO*

[guimaraes.janaina@gmail.com](mailto:guimaraes.janaina@gmail.com)

[mlaroseno@gmail.com](mailto:mlaroseno@gmail.com)

**Resumo:** Este relato de experiência pretende apresentar reflexões sobre nossas vivências de pesquisa, como orientadora de mestrado em estudos que pensam as relações de gênero dentro da educação, e de ensino, na disciplina “Educação, Gênero e Formação Docente”, no programa de Pós Graduação em Formação dos Professores e Práticas Interdisciplinares, da Universidade de Pernambuco e como orientanda desse programa, que pesquisa sobre gênero e o projeto “Escola Sem Partido”. Essas reflexões serão tangenciadas pelos impactos da aprovação, na cidade de Petrolina, onde está localizado o mestrado, da lei contra o ensino da “ideologia de gênero” e também o projeto “Escola sem partido”, o último vetado pelo prefeito. Apresentaremos como nossas ações cotidianas de ensino e pesquisa, têm sido afetadas por esse processo de retrocesso e perseguição ao fantasma da “ideologia de gênero”.

**Palavras-chave:** Experiência, Formação docente, Gênero.

---

<sup>1</sup>Professora Doutora em História, UFPE, Recife, PE, Profª Adjunta UPE Campus Mata Norte, Nazaré da Mata, PE, membro permanente do PPGFPPI, UPE Campus Petrolina, PE, e-mail: janaina.guimaraes@upe.br

<sup>2</sup> Camila dos Passos Roseno é mestra em educação pelo Programa em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da UPE. Atualmente doutoranda em Educação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



## 1 Introdução

Os estudos e pesquisas voltados às relações de gênero na educação têm sido imensamente afetados pelos retrocessos políticos na sociedade brasileira, pontualmente desde 2014, quando da exclusão do termo gênero do plano nacional de educação (PNE). Desde então a cidade de Petrolina, como outras no Brasil, tem sido *locus* de uma série de tentativas de proibição das discussões de gênero na escola.

Compreendemos que os retrocessos no âmbito legislativo, no que se refere às questões de gênero na educação, já refletem na forma como docentes e alunas/os percebem atividades voltadas as questões de gênero em sala de aula. Por mais que projetos de lei propostos, com base no Escola Sem Partido, tenham sido julgados inconstitucionais, e não tenham sido aprovados, as escolas e secretarias de educação já sofrem influências diretas desses discursos que reverberam no medo que os professores tutores e alunas/os têm de tocar no tema. Nesse relato abordaremos como nossas vivências como docentes e pesquisadoras foram

influenciadas por esses retrocessos desde 2015.

## 2 Metodologia

O trabalho apresentado trata-se de um relato de experiências, relato de nossas apreensões sobre nossas práticas profissionais e sua relação com os entraves para abordagens de gênero na educação. Nos atemos ao ato de narrar e refletir sobre o que nos passou. Buscando construir sentido e reflexão sobre as possibilidades da educação nesse momento político.

A realidade cotidiana é percebida por cada um de nós de um modo muito particular, damos sentido às situações por meio do nosso universo de crenças, elaborado a partir das vivências, valores e papéis culturais inerentes ao grupo social a que pertencemos. As representações nos permitem decodificar e interpretar as situações que vivemos. (GALVÃO, 2005:328)

Para a elaboração dessa narrativa é importante que deixemos claro que nossa compreensão de gênero tem por base a definição de Scott (1995) como sendo construções sociais e eminentemente

relações de poder. Concorrem para a formulação do conceito de gênero não só os caracteres anatômicos distintivos entre os sexos, mas também um conjunto de representações sociais, consubstanciadas em conceitos e símbolos que, dentre outros propósitos, pretendem delimitar o campo de atuação e as possibilidades para o masculino e ao feminino.

Tais representações e símbolos não só circunscrevem os sexos a campos de atuação mais ou menos bem delimitados, como lhes confere certa aura de fixidez, de “naturalidade”, de imobilidade histórica no desempenho de tais “papéis sociais”, que seriam, em última análise, constructos sociais e culturais, ao invés de algo dado pela natureza.

Os estudos de Foucault (1988) foram bastante precisos em indicar a genealogia desses mecanismos de dominação (particularmente no cenário de emergência da modernidade), situando na raiz do problema os saberes e discursos que sustentavam tais mecanismos e tornavam os corpos “dóceis”, disciplinados e regulados.

Contudo, a categoria gênero não é auto explicativa, e sofre também uma série de críticas por parte de muitas acadêmicas que não a compreendem como ponto de cruzamento de outros recortes, assim que

nos apresentamos dentro do que se convém chamar de feminismo interseccional, por não pensar a categoria sem os diversos elementos que também a constroem, de forma diferenciada de caso a caso:

As insatisfações com a centralidade concedida à categoria gênero suscitaram ainda outras problematizações. As feministas do Terceiro Mundo e/ou que trabalham com teoria pós colonial chamaram a atenção para a necessidade de articular gênero não apenas a sexualidade, raça, classe, mas também a religião e nacionalidade (Shohat, 1992; MacKlinton, 1992; Mohanty, 1991). (PISCITELLI, 2008:266)

Miskolci (2018) em seu artigo intitulado “Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à ideologia de gênero” aborda os interesses dos diversos grupos no que diz respeito a perseguição aos estudos de gênero. Suas reflexões se mostraram fundamental para a narrativa que aqui elaboramos:

Um olhar cuidadoso sobre os embates recentes também permite recusar a visão simplista de uma batalha entre conservadores e progressistas, direita e esquerda ou ainda entre religiosos e laicos. (MISKOLCI, 2018: 2)

### **3 Resultados e Discussão**

Em meados de 2015 a votação do plano municipal de educação, na cidade de Petrolina, foi alvo de acirradas discussões. O retrocesso observado nacionalmente teve reflexo direto na votação do Plano Municipal de Educação em Petrolina, cidade onde está situado nosso programa de Mestrado e as pesquisas que desenvolvemos. O Bispo de Petrolina, Dom Manoel dos Reis de Farias, compareceu à sessão na Câmara Plínio Amorim, para expressar sua preocupação com a inclusão das discussões de gênero no Plano Municipal.

Ao noticiar a aprovação do Plano um famoso blog local traz como chamada a frase “Sem ideologia se gênero é aprovado o Plano Municipal na Cada Plínio Amorim”, utilizando errônea e tendenciosamente o termo ideologia de gênero. O blog ainda reproduz a fala do Bispo: "Deus criou homem e mulher, então não se pode projeto nenhum ferir aquilo que é direito natural. A educação geral é uma coisa libertadora, mas como eu nunca assisti a uma aula de educação sexual não tenho como saber, mas dizem que é um ‘treinamento sexual’(Brito, 2015).

Nesse mesmo ano começamos a orientar no Programa de Pós Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), da

universidade de Pernambuco. Nossa orientanda, a coautora desse trabalho, Camila Roseno, tinha como objetivo levantar os projetos ou abordagens envolvendo gênero nas escolas da rede municipal de Petrolina. Para tanto seria necessária a autorização da secretaria de educação do município, que não apenas demorou 6 meses para sair, com o documento passando de mãos em mãos, como, após aprovação, as datas para a realização da pesquisa foram infinitamente postergadas, bem como o contingente de professoras e professores aos quais teríamos acesso. Nesse ínterim a perseguições aos estudos de gênero e a cruzada moral (CORREA, 2018), alimentada pelo projeto Escola sem Partido (ESP), já se faziam sentir em todo o país até que em fevereiro de 2016, eu, Janaina, fui alvo dessa cruzada.

Eu, professora doutora em história, Janaina Guimarães, sofri um ataque organizado por um grupo conservador da região do Vale do São Francisco. Eu e um grupo de estudantes, dos diferentes cursos da Universidade de Pernambuco, construímos o Grupo de Estudos Interdisciplinares em Gênero (GEIG), com o objetivo de aprofundar as discussões teóricas da categoria gênero.

O início das atividades no GEIG, construído por nós duas, coincidiu com os primeiros ataques, não por acaso. Nos cartazes de divulgação do grupo, em murais da instituição, foram colocados adesivos da campanha a favor do “Escola Sem Partido”. E assim, durante todo o ano de 2016, foram ocorrendo ofensas principalmente pelas redes sociais<sup>3</sup>, além de ataques pessoais – incluindo pneus furados dentro de sua instituição de ensino, e também em eventos públicos. No “aulão” público organizado pelas ocupações estudantis, do qual Camila foi uma das líderes no Vale do São Francisco, em novembro de 2016, eu falei sobre a importância das questões de gênero na educação; após a sua aula, fui chamada por um desconhecido de “vadia comunista”. Importante colocar que eu, oriunda de outra cidade, morava só com minha filha em Petrolina; as ameaças, portanto, não colocavam apenas a mim em risco, mas uma outra mulher, ainda em formação. Diante de tantas situações como essa, acabei solicitando transferência para outro campus da universidade, e após a formação de comitês de ética e de sindicância, por

---

<sup>3</sup> Matéria relatando as primeiras agressões sofridas pela professora Dra. Janaina Guimarães. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2016/03/no-sertao-de-pe-professora-da-upe-sofre-agressoes-pela-internet.html>>. Acesso em 10 jun 2018.

parte da universidade, alguns dos sujeitos que me agrediram e que fazem parte da instituição, responderam por sanções administrativas que nem de perto corresponderam à gravidade dos seus atos. Enquanto na justiça comum, os processos seguem com a lentidão de costume.

Paralelo as orientações no Mestrado, eu também coordenava o PIBID de História, cuja temática era “gênero, literatura e sertão”. Como aparecem as mulheres sertanejas na literatura clássica e que lugares se constroem para essas mulheres a partir de suas experiências com e no sertão? Esse trabalho foi interrompido com minha mudança da cidade de Petrolina, mas não as orientações e a disciplina “Educação, gênero e formação docente”, que sigo ministrando anualmente no programa, agora de forma modular.

Lourdes Maria Bandeira nos explica o que é violência de gênero e como as assimetrias da sociedade a constroem:

A centralidade das ações violentas incide sobre a mulher, quer sejam estas violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos. Não se trata de adotar uma perspectiva ou um olhar vitimizador em relação à mulher, o que já recebeu críticas importantes, mas destacar que a expressiva concentração deste

tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira das pessoas. (BANDEIRA, 2014:451)

Trazemos nosso caso para chamar atenção para as violências que chegam até as professoras universitárias que trabalham com gênero em sala de aula. Primeiro, na condição de mulher docente de cursos de licenciatura, pois historicamente as mulheres se dedicaram ao magistério e são maioria, ainda hoje, nos cursos de licenciatura (LOURO,2001). A universidade, enquanto espaço construído por homens, para homens, tem sido ocupada por mulheres na medida em que avançam as conquistas e os níveis de escolarização das mesmas. Contudo, ainda observa-se um alto nível de violência contra as mulheres nesses espaços, em sua maioria, ligado a assédio sexual de alunos para com alunas e entre professores e alunas, bem como estupro dentro dos campus universitários. Os coletivos feministas e grupos de estudo e pesquisa têm exigido cada vez mais ações das gestões universitárias no combate a essas violências cotidianas. (ALMEIDA, 2017)

E, em segundo, precisamos ficar atentas às tênues fronteiras dessa violência. Pois essas mulheres, agredidas por suas

ações enquanto docentes, têm ao fim, todos os aspectos de suas vidas abalados pelas ofensas e ameaças. Que não se atém apenas ao profissional, mas que as desqualificam enquanto pessoa e colocam em risco suas vidas e de seus dependentes.

Como seguir e o que fazer com as pesquisas em curso? Essas dificuldades nos levaram a desenvolver outros questionamentos. O que é o projeto Escola Sem Partido? Como esse projeto chega, mesmo sem sua aprovação, as salas de aula? Quais seus princípios e seu *Modus Operandi*? Essas indagações deram origem a dissertação de mestrado de Camila dos Passos Roseno Intitulada “Escola Sem Partido: um ataque as políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil”, defendida em julho de 2017. Além dela, outras 2 dissertações com abordagens de gênero já foram defendidas sobre nossa orientação no programa. Contudo nenhuma das duas teve a rede municipal de Petrolina como *locus* de Estudo. Uma foi sobre gravidez na adolescência em uma escola da Bahia e outra sobre Mulheres no PROEJA do IF Sertão.

Em 7 de dezembro de 2017 a Câmara Municipal de Petrolina aprovou a lei que “proíbe as atividades pedagógicas que visem à reprodução do conceito de

IDEOLOGIA DE GÊNERO, na grade de ensino da rede municipal e da rede privada de Petrolina”. Essa lei, idêntica a outras apresentadas em diversas câmaras municipais brasileiras, em uma ação orquestrada de desrespeito a nossa legislação nacional, impõe o veto a abordagem das questões de gênero em sala de aula, tendo por base concepções particulares, e em sua maioria, religiosas, assim como ficou demonstrado na sessão de aprovação onde a bíblia tornou-se a base do argumento do vereador Elias Jardim, proponente do projeto.

O Supremo Tribunal Federal inquiriu o prefeito a prestar esclarecimentos sobre a aprovação de uma lei cujos preceitos são inconstitucionais. Em consequência, o prefeito não sancionou da “Lei do Escola Sem Partido”, votada seis meses depois, em junho de 2018, na mesma câmara, com medo de um outro questionamento do STF.

#### **4 Conclusões**

Ameaças de morte, humilhações e desqualificação são apenas alguns elementos que compõem o rol de agressões sofridas por, nós, professoras nesse contexto de ódio e desqualificação de nossa profissão. A incitação explícita de

criminalizar as/os docentes, feita como sugestão pelo movimento Escola Sem Partido no modelo de notificação extrajudicial presente no site do MESP é alarmante. É necessária que tragamos essas questões para a pesquisa em educação, para melhor compreender nossas possibilidades dentro das abordagens de gênero na educação.

A construção de redes de resistência ao avanço conservador e a persistência de práticas educativas emancipatórias são a forma que educadoras e educadores dispõe de lutar por uma educação de qualidade e tentar mobilizar a sociedade civil para as discussões que ocorrem nos diversos âmbitos legislativos e que também dominam as instituições de ensino.

Grupos das frentes de resistência, a exemplo do Movimento Educação Democrática, têm participado de encontros em diversas câmaras dos vereadores do país para debates públicos com os defensores do Escola Sem Partido. A intenção é que a inconstitucionalidade desses projetos fique clara e que a população em geral saiba dos riscos dessas propostas à educação pública.

#### **5 Referências Bibliográficas**

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRITTO, Carlos. Sem 'ideologia de gênero', Plano Municipal de Educação é aprovado pela Casa Plínio Amorim. **Blog do Carlos Britto**. Petrolina, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://carlosbritto.ne10.uol.com.br/sem-ideologia-de-genero-plano-municipal-de-educacaoeaprovado-pela-casa-plinio-amorim/>>. Acesso em: 21 set. 2016.

CORREA, Sonia. A "política do gênero": um comentário genealógico". **Cadernos Pagu. Unicamp. 2018.**

CORTELLA, M. S. **A Escola e o Conhecimento – fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez Editora, 12ª ed. 2008.



FAZENDA, I. (Org.). **O Que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: 1997.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita Repensar a reforma, reformar o**

**pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás combate à "ideologia de gênero". **Cadernos Pagu. Unicamp. 2018.**

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Cadernos Pagu, Unicamp. Sociedade e Cultura, v. 11, n.2 jul/dez. 2008. P. 263 a 274.

Plano Municipal de Educação de Petrolina – **PME**. Lei - Nº 2.713/2015

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação. V. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 14.10.2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005

VIANNA, Cláudia Pereira. **Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas: das ações coletivas aos planos e programas federais**. São Paulo. Tese de livre docência. 2011.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.